

Revisão de literatura sobre gestão da inclusão escolar¹
Literature review on school inclusion management

Marlucio Carlos de Melo²
Carla Regina Rachid Otavio Murad³

Recebido em: 05/07/2020

Aprovado em: 20/09/2020

Publicado em: 30/09/2020

Resumo:

Mesmo que a inclusão escolar seja uma realidade na atualidade, ainda existe dificuldade por parte das instituições de ensino, principalmente públicas, no sentido de lidar com a adequação à demanda crescente de alunos especiais. O objetivo principal deste trabalho foi verificar modelos de gestão da inclusão escolar do ponto de vista da educação inclusiva. Para tanto, buscou-se, através de pesquisa na plataforma Google Acadêmico, trabalhos sobre o referido assunto, utilizando-se o descritor “gestão da inclusão escolar”, na qual obteve-se um total de 9 artigos. A partir de seus títulos, resumos e palavras-chave, os trabalhos foram organizados conforme suas temáticas: políticas públicas e aplicação de políticas públicas. Dos resultados apresentados, apenas um trabalho apresentou um modelo de gestão da inclusão ampliado e com alguns indicadores. Os resultados deixam lacunas no que diz respeito à produção científica voltadas à apresentação de modelos inclusivos mais amplos, relacionados à gestão da inclusão escolar como um todo.

Palavras-chaves: Gestão. Educação. Inclusão.

Abstract:

Even though school inclusion is a reality today, there are still difficulties on the part of educational institutions, mainly public ones, in dealing with adapting to the growing demand for special students. The main objective of this work was to verify models for managing school inclusion from the point of view of inclusive education. For this purpose, through research on the Google Scholar platform, research on this subject was sought, using the descriptor “school inclusion management”, in which a total of 9 articles were obtained. Based on their titles, abstracts and keywords, the works were organized according to their themes: public policies and the application of public policies. Of the results presented, only one study presented an expanded inclusion management model with some indicators. The results leave gaps with regard to scientific production aimed at presenting broader inclusive models, related to the management of school inclusion as a whole.

Keywords: Management. Education. Inclusion.

¹ Artigo apresentado na disciplina Trabalho de conclusão de curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.

² Docente de Matemática na EJA de 1º e 2º graus da Escola Estadual Geraldino Rodrigues Cunha, em Uberaba. Coordenador Pedagógico (Apoio de Direção) no Centro Municipal de Educação Infantil Professor Raimundo Edmundo de Freitas (Uberaba). Graduado em Matemática (UNIFRAN), Pedagogia (UNIUBE) e Engenharia Ambiental e Sanitária (FACTHUS), Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (UCAM), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva (IFTM). E-mail: m.carlos2011@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8907-4625>.

³ Docente de língua inglesa do curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e docente credenciada no Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da UFTM. Graduada em Letras-Tradução Inglês (UnB), mestre em Linguística Aplicada (Unicamp) e Doutora em Estudos Linguísticos (UFU). E-mail: carlamurad@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8965-2624>

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.;

Introdução

A ideia de igualdade é uma proposta da educação inclusiva, que tem por objetivo eliminar a exclusão escolar. Essa ideia é uma realidade atual nas leis brasileiras civis e educacionais, como, por exemplo, na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (93.94/96), ECA (8.069/90) e em várias políticas de apoio à pessoa com deficiência propostas pelo Governo Federal.

Destaca-se o avanço histórico nessas Leis e, conseqüentemente uma crescente demanda no atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, principalmente em escolas regulares, o que é comprovado através do Censo Escolar, que traz uma evolução nas matrículas deste público. Esse crescimento na demanda, acaba mudando a realidade escolar, tornando-a diferente daquela que antes tinha o costume de atender, o que, muitas vezes traz incertezas na maneira como agir e fazer diante das dificuldades no atendimento de cada aluno na sua particularidade especial.

Muitos professores encontram dificuldade na lida com os diferentes alunos inclusos no ambiente escolar e, às vezes, mesmo sendo especialistas e tendo participado de formações específicas na área, ainda sentem falta de um “modelo prático” que os orientem no sentido de como fazer e como trabalhar com cada aluno ali inserido. Além disso, muitos sentem dificuldade em adaptar currículo, avaliações, ambientes inclusivos e até mesmo diagnosticar alunos que chegam à escola com necessidades diferenciadas e ainda não identificadas pela família.

Muito se exige por Lei, mas a realidade escolar ainda apresenta dificuldade na aplicabilidade das mesmas. Em relação a produções científicas com foco na inclusão escolar, pouco se tem publicações no sentido do termo “Necessidades Educativas Especiais”. Mesmo que muitas delas destacam estudos direcionados a uma única deficiência como, por exemplo, autismo, deficiência mental, Síndrome de Down, ainda paira a indagação: esses estudos atendem às demandas diárias de ensino e aprendizagem das unidades escolares?

Diante disso, buscou-se, por meio de uma revisão de literatura, identificar estudos que relatem intervenções focados na educação inclusiva, que busquem contribuir para a gestão da inclusão no dia-a-dia escolar de Unidades de Ensino regulares que partam das necessidades específicas dos alunos. O princípio da inclusão é centralizar ações nas

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.;

reais necessidades dos alunos, a partir da sua história, sua cultura, suas demandas de aprendizagem.

A proposta foi caracterizar essa produção científica por período de publicação e tipos de pesquisa, sistematizando informações sobre modelos e diretrizes que viessem servir como norteadores da prática profissional do gestor e de toda equipe pedagógica das instituições de ensino regular no que tange à gestão da inclusão escolar.

Metodologia

A presente pesquisa quantitativa descritiva foi realizada por meio de revisão da literatura utilizando a Plataforma Google Acadêmico, em busca de trabalhos somente em língua portuguesa. A coleta de dados foi realizada em 01 de abril de 2020. Utilizou-se primeiramente a busca exata a partir do descritor “gestão da inclusão escolar”, por relevância, no período de 2016-2020, somente em português, as quais aparecem em títulos, palavras-chave ou no corpo dos textos. Dos 17 artigos encontrados, um foi descartado por se tratar de uma monografia de conclusão de curso, outro por ser um dublê, outro por ser um e-book que trazia muitos Artigos e o foco deste Trabalho não é analisar livros e mais três por já serem uma revisão bibliográfica. Apenas onze (9) dos trabalhos elencados na pesquisa, tratam, especificamente, sobre “gestão”. Em seguida, criamos alguns parâmetros para organizar os 09 resultados dispostos na tabela na seção a seguir.

Quantidade	Título	Tipo de trabalho	Fonte	Autoria, Ano	Palavras-chave
1	A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir.	Artigo	Revista Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais [online]. vol. 20, n. 75, p. 347-372.	(OLIVEIRA, 2012)	Educação especial; Gestão; Inclusão.
2	Outras pedagogias, outras subjetividades: no dispositivo da inclusão escolar, um enunciado sobre as diferenças.	Tese de doutorado	Manancial: repositório digital da UFSM. n. 162, 2017.	(RIGO, 2017)	Inclusão Escolar; Diferenças; Pedagogias; Subjetividades; Alteridade.
3	Políticas públicas do centro de apoio e acompanhamento à inclusão: integração ou inclusão escolar?	Artigo	Interfaces Científicas - Humanas e Sociais • Aracaju • V.7 • N.3 • p. 33 - 46.	(HUERTAS, 2019)	Políticas Públicas Educacionais; Plano Nacional de Educação; Educação

					Especial; Inclusão Escolar.
4	Inclusão escolar e os desafios docentes: um estudo do panorama brasileiro na perspectiva interdisciplinar	Revisão de Literatura	Revista Interdisciplinaridade., São Paulo, no. 12, pp. 01-129.	(NETTO, 2018)	Inclusão escolar; Desafios docentes; Interdisciplinaridade
5	Políticas educacionais de acesso e de permanência de pessoas com deficiência no município de Santa Maria de Jetibá	Artigo	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) v.11 n.1, p.35-45	(ALMEIDA, 2018)	Educação especial; Gestores públicos.; Formação continuada; Pesquisa-ação.
6	A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena	Artigo	Revista Educação Especial v. 29 n. 55 p. 441-456.	(FERREIRA, 2016)	Inclusão escolar; Professoras; Alunos.
7	As políticas de educação especial no Brasil: trajetória histórica dos normativos e desafios.	Artigo	SISYPHUS - Journal Of Education - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - Vol. 6 No. 3 (2018).	(ZILLOTTO, 2018)	Educação Especial; Legislação Educacional Brasileira; Políticas Educacionais Inclusivas.
8	Estágio extracurricular e educação inclusiva: dilemas e percepções de alunas do primeiro ano de um curso de Pedagogia.	Artigo	Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 4, N.1- pág. 79 - 100.	(FREITAS, 2018)	Educação Inclusiva; Formação Docente; Inicial; Estágio Extracurricular; Pedagogia.
9	Critérios de atendimento da educação especial na educação infantil da rede municipal de Florianópolis: os limites do trabalho pedagógico.	Artigo	Repositório Institucional UFSC - TCC Pedagogia [342].	(PEREIRA, 2016)	Educação Especial; Educação Infantil; Critérios de Atendimento.

Apresentação dos Resultados

Os 09 (nove) trabalhos, em destaque na tabela, foram organizados de acordo com as temáticas: políticas públicas e aplicação das políticas.

Políticas públicas

Ziliotto (2018) analisa a legislação brasileira referente à educação especial e identifica a participação do Estado brasileiro na viabilização da escolarização, de modo a suprir as necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Trata-se de análise documental, que considera a legislação desde o Período Colônia (1500-1822), até a

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.;

publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008). De acordo com o autor, o maior problema se encontra nas concepções constitucionais que ainda permanecem subdesenvolvidas e carecem ser discutidas para a ampliação da compreensão de inclusão e consolidação das políticas nas instituições escolares em geral.

A pesquisa de Oliveira e Drago (2012) descreve ações do Programa Incluir. Este programa foi desenvolvido pelo Secretaria Municipal do Estado de São Paulo com o objetivo de concatenar ações de inclusão na área educacional básica, cujos segmentos que vão desde a Educação Infantil até o Ensino Médio são atendidos. Com base na história da educação do estado, o programa levou em conta 4 dimensões de investimento: estruturação dos estabelecimentos escolares com salas de recursos e pessoal de apoio; formação continuada de professores para capacitação constante em parceria com programas de pós-graduação em instituições universitárias na capital e no interior; a criação de uma rede de acompanhamento com profissionais específicos de áreas distintas tais como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, enfermeiros entre outros para fazerem parte de uma rede multidisciplinar colaborativa nas escolas e; avaliação contínua por meio de criação de um referencial para avaliação das ações. Segundo os autores, o programa já ganhou contornos de sistema e avança no sentido de se consolidar como uma possibilidade objetiva de inclusão do público-alvo da educação especial na rede escolar paulista.

Ainda sobre a política pública inclusiva paulista, o artigo de Huertas (2019) teve como objetivo estudar as condições de implantação das políticas públicas em Educação Especial desenvolvidas pelo Centro de Formação e Acompanhamento à inclusão - CEFAI, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SP, de forma a identificar princípios e características que indique práticas de integração ou inclusão escolar. O autor informa que apesar de ainda haver a segregação do atendimento a alunos especiais público-alvo da educação especial, o fato é que há alunos em condições específicas cujas famílias preferem o atendimento em instituições especiais em detrimento da escola regular. Esta realidade, no entanto, pode estar mascarando as condições de implantação da inclusão, que engloba a todos, e indica aspectos que colocam em xeque a orientação política do sistema, que pode estar praticando integração, isto é, exigência de adaptação do aluno à escola.

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.;

Almeida et al (2018) já relata a situação atual das políticas educacionais de acesso e de permanência de pessoas com deficiência no município de Santa Maria de Jetibá (ES). De acordo com a autora, a política desenvolvida ainda se encontrava em fase de construção, com algumas ações do município no sentido de organizar o serviço de atendimento educacional especial por meio de centros de atendimento a alunos com oferta de atendimento no contra turno escolar. Um fator que nos chamou a atenção foi que o município garante atendimento a alunos da Educação especial até os 18 anos, enquanto sabe-se as distorções série/idade são fato real deste agrupamento de alunos. O município também realiza ações de capacitação e formação continuada em parceria com universidades.

Aplicação das políticas públicas

Pereira (2016) trata de critérios de atendimento da educação especial na educação infantil na rede municipal de Florianópolis enfocando nos limites do trabalho pedagógico. Os critérios de atendimento proposto pela Educação Especial na Educação Infantil na RMF (Rede Municipal de Ensino de Florianópolis) compreende o disposto em leis como os AEEs e as SRMs, além dos professores auxiliares. No entanto, no segmento supracitado, é comum encontrarmos uma gama variada de alunos com necessidades educacionais específicas percebidas pelos professores como “suspeitos” de dificuldades escolares. Dada a cultura do diagnóstico por vezes tardio a crianças em fase de alfabetização, professores se ressentem da falta de apoio pedagógico não previsto para este parcela da população que chega às escolas sem terem direito ao atendimento na Educação Especial e a sua relação com a Educação Infantil.

O artigo de Freitas (2018) investiga, a partir dos dizeres de alunas de um curso de Pedagogia que realizam estágio extracurricular, seus modos de participação na dinâmica da sala de aula em que há alunos com deficiência, atentando-nos às funções que lhes são atribuídas e aos dilemas enfrentados no cotidiano escolar. Examina-se, ainda, suas percepções em relação aos processos de ensino-aprendizagem da criança com Síndrome de Down. De acordo com a autora, as orientações recebidas em relação às funções das estagiárias não coincidem com as atribuições que vêm assumindo no espaço escola, o

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.;

que torna toda a discussão uma questão de tratamento do processo e diálogo e não de imposição autoritária de soluções.

A tese de doutorado de Rigo publicada em 2017, na qual a problemática apresentada por ela emerge a partir destes enunciados sobre as diferenças, os quais se enredam com a inclusão escolar e afetam as pedagogias escolares, tecendo assim, conexões muito estreitas entre a inclusão escolar, as diferenças e a pedagogia, uma preocupação que se aproxima da nossa visão de ensino e gestão da inclusão baseada no sujeito aluno e suas especificidades. Esta tese abre a perspectiva de se pensar em caminhos mais específicos que trilhem as peculiaridades dos espaços escolares, dos sujeitos ali envolvidos, suas histórias, o que, de certa forma, anda um pouco esquecido pelo legislador conforme aponta Ziliotto (2018) quando se trata de processo de ensino e aprendizagem.

Ferreira e Lopes (2016) analisam várias questões da educação inclusiva relativos ao relacionamento professores e alunos. A principal delas foi notar a importância do diálogo, da flexibilização, da abertura ao desconhecido e ao processo humano do aprender que é um processo contínuo. Os professores geralmente têm como imaginário uma formação-produto que viria num pacote que se compra e muitas vezes não se usa, pois basta dizer que comprou, neste caso, o certificado de conclusão do curso bastaria para dizer que se é especialista. A formação, pelo contrário, deve partir do desejo pelo saber, e o entendimento de que a incompletude humana que também é inerente a todo professor que se quer se educar e atuar na inclusão educativa.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi buscar artigos que tratassem da gestão da inclusão escolar. Foram coletados e analisados 9 trabalhos sobre a temática. Destacamos duas tendências em pesquisas sobre gestão: quatro trabalhos em políticas públicas e cinco em aplicação de políticas públicas, uma tendência de aplicação que mostra movimentação dos municípios em torno da questão da gestão da inclusão escolar.

Apesar desta mobilização, apenas um dos trabalhos, a nosso ver, realmente discutiu a gestão da inclusão escolar a partir de de um programa municipal (OLIVEIRA; DRAGO, 2012), o que indica que não ainda há muitos resultados à disposição do público

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.;

até o momento sobre ações de gestão da inclusão no Brasil ou que não tem havido preocupação por parte do setor em levar ao conhecimento da academia as iniciativas e empreitadas em gestão da inclusão. No entanto, é importante observar alguns pontos importantes de avanço e retrocesso relacionados à gestão da inclusão.

O primeiro diz respeito à importância de se criar programas que respeitem a legislação sem se sujeitar a ela, que objetivem nascer da história, cultura e reais necessidades da comunidade de familiares e alunos com necessidades especiais, que precisam participar mais ativamente da discussão. Apesar do alinhamento com a legislação, não há trabalhos em que se discuta criticamente a legislação por parte da comunidade de alunos e familiares que são o público-alvo da inclusão que tenha feito contribuições importantes na gestão de ações de inclusão propostas, o que para nós implica em sérios prejuízos democráticos na participação comunitária em decisões de gestão de inclusão locais e regionais.

Há também a necessidade de se discutir a falta de centralização municipal no processo de decisão em alguns municípios que ainda se encontram em fase de implantação da política. Há percepção de que é importante investir em ações de educação inclusiva, porém é preciso que sejam também observadas se questões de integração e segregacionismo no atendimento acontecem nas práticas de atendimento como a presença de alunos especiais em turnos diferenciados, prédios afastados, desconectados, de certa forma, do compromisso com a cultura da inclusão da comunidade de familiares e alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar como um espaço de diversidade humana. Segundo Mantoan (2006), o sistema e a organização da educação convencional, que ainda hoje é uma educação segregadora, precisa ser reestruturado.

Em relação à adequação da formação de profissionais para o atendimento da diversidade de alunos, é importante discutir a atribuição de papéis aos profissionais envolvidos na equipe multidisciplinar, como vimos no trabalho de Pereira (2016) e Freitas (2018). Diante disso, muitas vezes estes profissionais se sentem despreparados ao lidar com a grande demanda de alunos da inclusão que chegam em seus estabelecimentos escolares e até mesmo sem ter onde buscar informações para que, assim, possa ser promovido, com qualidade, a colaboração coletiva e participativa na inclusão nas instituições de ensino.

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.;

A saída, a nosso ver, é o investimento na interação humana, no diálogo permanente entre gestores, profissionais, famílias e alunos em busca de fortalecer o vínculo e conscientização da corresponsabilidade ativa no trato da questão da gestão da inclusão escolar nos municípios brasileiros.

Referências

ALMEIDA, M. L; CAETANO, A. M; ESTEVAM, M. K. D. C. **Políticas educacionais de acesso e de permanência de pessoas com deficiência no município de Santa Maria de Jetibá**. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Santa Maria de Jetibá, ES, v.11, n.1, p. 35-45, 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4077/3589>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FERREIRA, C. M. R. J; LOPES, T. F. **A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena**. Revista Educação Especial. Santa Maria, RS, v. 29, n. 55, p. 441-456, 2016. Disponível em:<https://repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9292/1/ARTIGO_EscolaEducaçãoInclusiva.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FREITAS, A. P; DAINEZ, D. **Estágio extracurricular e educação inclusiva: dilemas e percepções de alunas do primeiro ano de um curso de pedagogia**. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, RJ, vol. 4, n.1, p. 79-100, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/30043/23556>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

HUERTAS, A. P. O; SILVA, M. C. F; HOLLNAGEL, H. C. **Políticas Públicas do Centro de Apoio e Acompanhamento à Inclusão: Integração ou Inclusão Escolar? Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, SE, vol. 7, n. 3, p. 33-46, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3853>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MANTOAN, M. T. **Igualdade e Diferenças na Escola: como andar no fio da navalha**. In: ARANTES, V. A. (org.). Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2006. p.15-30

OLIVEIRA, A. A. S; DRAGO, S. L. S. **A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir. Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais [online]**, Rio de Janeiro, RJ, vol. 20, n. 75, p. 347-372, abr. / jun. 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n75/07.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

PEREIRA, J. F. **Critérios de atendimento da educação especial da educação infantil na rede municipal de Florianópolis: os limites do trabalho pedagógico**. Repositório Institucional UFSC. Florianópolis, SC, n. 342, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197419>>. Acesso em: 08 ju. 2020.

RIGO, N. M. **Outras pedagogias, outras subjetividades: no dispositivo da inclusão escolar, um enunciado sobre as diferenças**. Manancial: repositório digital da UFSM. Santa Maria, RS, n. 162, 2017. Disponível

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.;

em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12777/TES_PPGEDUCACAO_2017_RIGO_NEUSETE.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 jul. 2020.

VÍLCHEZ, I. C. C. **Inclusão das tecnologias na escola: reflexões de seu uso no contexto da deficiência visual.** *Revista Educação Online*. Rio de Janeiro, RJ, n. 23, p. 18-40, 2016. Disponível em: <<http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/284>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ZILLOTTO, G. S; GISI, M. L. **As políticas de Educação Especial no Brasil: trajetória histórica dos normativos e desafios.** *SISYPHUS - Journal Of Education - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa*. Lisboa, vol. 6, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/37786540/As_Pol%C3%ADticas_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Especial_no_Brasil_Trajet%C3%B3ria_Hist%C3%B3rica_dos_Normativos_e_Desafios>. Acesso em: 08 jul. 2020.

INICIAÇÃO & FORMAÇÃO DOCENTE

Como citar este artigo (ABNT)

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.; Revisão de literatura sobre gestão da inclusão escolar. *Revista Iniciação & Formação Docente*, Uberaba, MG, v. X, n. X, p. XXX-XXX, 2020. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

MELO, M. C.; MURAD, C. R. R. O.; (2020). Revisão de literatura sobre gestão da inclusão escolar. *Revista Iniciação & Formação Docente*, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.

